

Algumas notas sobre o problema da objetividade nas ciências sociais em Marx, Weber e Thompson

Carlos Alberto Vasconcelos Rocha*

RESUMO

O presente artigo trata da questão da possibilidade de criação de um saber objetivo nas ciências sociais. Para tal, busca abordar como o tema é tratado em Karl Marx, E. Thompson e Max Weber. A escolha dos três autores permite apresentar o problema sob perspectivas diversas, explicitando melhor o dilema envolvido no tema.

Palavras-chave: Epistemologia das ciências sociais; Saber objetivo; Conhecimento social.

Este trabalho tem a pretensão de organizar, de forma preliminar, as idéias de Marx, Weber e Thompson em torno da questão da objetividade nas ciências sociais. Implica indicações iniciais de como se pode abordar em algumas de suas obras a forma como buscam enfrentar, algumas vezes explicitamente, outras indiretamente, essa questão clássica das ciências sociais. Avançando, desde já, uma conclusão geral, cremos ser comum nos três autores, em maior (Weber e Thompson) ou menor grau (Marx), certa ambigüidade no tratamento do tema. Os autores tentam,

de alguma forma, garantir a possibilidade do conhecimento objetivo nas ciências sociais, mas ao mesmo tempo não conseguem escapar do fato de que há uma identidade, ainda que parcial, entre o sujeito e o objeto: de alguma forma, o sujeito contamina o objeto com seus interesses e/ou valores.

A escolha dos três autores tem sua justificativa. Em Marx, visto em certas interpretações como o ápice do iluminismo, há a crença na ciência objetiva como expressão de uma verdade indiscutível inscrita na realidade e acessível pelo pensamento racional corretamente orienta-

* Doutor, professor do Departamento de Relações Internacionais e do Mestrado de Ciências Sociais da PUC Minas.

do. Ao contrário, Weber já deixa transparecer em sua obra certa desconfiança na razão, própria do ambiente intelectual do começo do século XX, o que empresta a seu trabalho o movimento contraditório de relativização das afirmações científicas e, ao mesmo tempo, a tentativa de afastar considerações subjetivas no esforço de pesquisa. Finalmente, Thompson busca fugir do determinismo marxista e, na mesma medida, defender a idéia de que é possível desvendar a “lógica” dos acontecimentos históricos. Reivindicando ser tributário de parte das idéias de Marx, aproxima-se em certos aspectos das concepções de Weber. As idéias dos autores enfocados formam, assim, um espectro que serve para ilustrar o dilema envolvido na caracterização do estatuto do saber nas ciências sociais. Tentemos, portanto, desenvolver os pressupostos epistemológicos básicos dos três autores.

I

Marx não se ocupa explicitamente do problema da objetividade e subjetividade nas ciências humanas. Além disso, a riqueza e o volume de sua obra acabam implicando uma contradição interna considerável. Daí a variedade de interpretações que provocam. Partindo desse fato, optamos por trabalhar com alguns de seus textos que julgamos reproduzir mais fielmente a perspectiva preponderante em sua obra sobre o tema em discussão.

Marx parte da concepção de que a consciência, as idéias e a produção inte-

lectual dos homens têm suas raízes em sua vida material. Essas representações mentais refletem as relações concretas dos homens com outros homens e com a natureza no processo de construção de sua vida material. No mais das vezes, essas representações são mistificações da realidade, no sentido da produção de uma “falsa consciência”, uma ideologia ou, como escreve o próprio Marx (1984b, p. 193), de “sublimações necessárias do seu processo material de vida”. A função da ciência é, então, buscar revelar a realidade efetiva que se esconde sob o véu de idéias mistificadoras. Assim, a análise deve partir dos “homens em seu processo de desenvolvimento efetivo, empiricamente intuível e sob condições determinadas, e não os homens fechados em si e fixados em alguma fantasia”. É onde termina a especulação que começa a “ciência positiva, efetiva, a exposição do exercício prático, do processo prático de desenvolvimento dos homens” (p. 193). Ressalte-se aí a expressão “ciência positiva” utilizada por Marx, não como uma coleção de fatos mortos, mas como uma expressão dos movimentos da realidade efetiva, ou seja, do objeto concreto em movimento.

Para Marx, o pensamento é fruto do relacionamento do sujeito cognoscente com sua vida prática. É apenas com a divisão entre trabalho material e intelectual que surge a teoria separada da consciência da prática existente. Surge um tipo de representação que não representa algo efetivo, concreto, mas que, em sua “abstração”, expressa tensões existentes na realidade entre uma situação que deve ser superada e outra que começa a se in-

sinuar no horizonte da história. Nos termos do autor, a consciência emancipada do mundo, tornada teoria “pura”, teologia, filosofia, moral etc., entra em contradição com as relações sociais existentes, pelo fato de estas estarem em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas. São, pois, efeitos de tensões materiais anteriores ao próprio pensamento. O conhecimento da realidade concreta seria então possível? A resposta de Marx já está implícita no próprio texto: o materialismo histórico expressa o movimento real da realidade e, em cada momento, o que dá validade ao conhecimento é a capacidade de acelerar as mudanças já anunciadas pelas contradições da realidade concreta. Isso se dá na situação de que “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” (p. 204).

Para Marx, a consciência humana é histórica, ou seja, relaciona-se com determinada situação em dado tempo. Não surge do nada. Em suas palavras, “o espírito tem em si de antemão a maldição de ser afetado pela matéria” (p. 196), ou seja, a consciência é um produto social da situação de intercâmbio entre os homens, na construção de sua vida material. As representações do mundo relacionam-se, pois, com o lugar que os homens ocupam na estrutura social. Aqui inscreve-se, em Marx, o conceito de ideologia como falsa consciência: as elaborações intelectuais, como epifenômeno, acabam sendo explicadas por sua função de manutenção do poder de uma classe sobre as outras, expressando assim uma representação ilusória da realidade. O pensamento distorce a realidade para elabo-

rar a ilusão de uma classe sobre si mesma e para impor sua visão de mundo às classes subordinadas. Dessa forma, em Marx a distorção cognitiva tem alvo certo e geral: apropriar-se de certa versão da realidade como instrumento da manutenção do poder de classe. Ou seja, tem a função, muitas vezes inconsciente, de legitimar certos interesses materiais.

Assim, ao verdadeiro analista cabe desmistificar tal distorção. Para se desvendar o conteúdo verdadeiro que as aparências da realidade guardam, o mesmo deve estar em sintonia com as contradições colocadas pelo jogo de forças antagônicas da realidade. Isso não pode ocorrer apenas no plano das idéias: a alienação só pode ser superada com pressupostos práticos, ou seja, por elementos retirados de um mundo real em contradição. No caso, coerente com seus objetivos políticos, o autor alemão afirma que o portador do conhecimento *real*, na sociedade capitalista, é o sujeito que expressa a visão de mundo do proletariado, pois que coerente com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da estrutura social. Em outras palavras, a história, em certo sentido, inscreve-se externamente aos sujeitos e seu movimento real só pode ser captado na medida em que se abandonem as falsas percepções da realidade, fundadas em interesses materiais que se encontram em vias de superação. Na era burguesa, no limite, só a superação da propriedade privada implica a superação de toda alienação (1984a, p. 170). O problema, como questiona Wilson (1986, p. 180), é que Marx e Engels nunca se deram “ao trabalho de explicar de que modo a ‘ideo-

logia' deles, reconhecidamente uma ideologia de classe destinada a promover os interesses do proletariado, poderia ter uma espécie de validade diferente da validade das outras”.

Para Marx, a natureza não é objetiva, no sentido de ser externa ao homem e existir independentemente dele. A objetividade da natureza depende da vontade do homem. O que temos, então, é a dialética de “the man-shaped nature”, ao mesmo tempo que “the man made world” (Zeitlin *apud* Prates, Paixão e Freitas, 1991, p. 9). Assim, a objetividade do mundo depende da ação humana de modificação desse mundo. Marx chama a atenção para a relevância epistemológica de se ter em conta o lado ativo da conduta humana. Como escreveu em passagem clássica, ao homem não cabe apenas interpretar o mundo, mas também transformá-lo, através da atividade prática e teórica. O homem age como “um sujeito cognoscente e ativo que conhece e interpreta a realidade na medida em que age sobre ela, ou seja, na medida em que modifica a natureza e, com isso, os meios de agir sobre ela e as relações dos homens entre si” (Prates, Paixão e Freitas, 1991, p. 9). A interdependência entre o homem e a natureza é ilustrada com as seguintes palavras: “Assim como primeiro a música desperta o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido, [não] é objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas potências essenciais” (Marx, 1984a, p.175, grifo do autor). Porém, para Marx, isso não quer dizer que a natureza não possa

ser captada de forma objetiva. A base da ciência é a sensorialidade, que se desdobra em consciência sensorial e *necessidade* sensorial (p.178). As pessoas constituem sujeitos verdadeiramente cognoscentes se assumirem compromisso com a identidade que resulta em sua inserção no processo produtivo.

Para Marx, a análise científica não deve focar os sinais exteriores do objeto, mas é necessário deduzir a sua essência. Por exemplo, uma mesa só passa a ter validade analítica se o analista ultrapassar o seu caráter de objeto concreto e desvendar as relações sociais que constituem a sua essência. A eficácia de um conceito está, então, na sua capacidade de captar objetivamente não os sinais exteriores dos fenômenos, mas as relações ontológicas que compõem a sua essência, as relações entre essência (concebida como conjunto de relações) e suas manifestações fenomênicas e os destinos que lhes estão reservados. Prates, Paixão e Freitas, ao compararem Marx e Durkheim, escrevem:

Os conceitos não são então, nesta perspectiva, vistos como expressões objetivas dos fenômenos, como em Durkheim, mas recursos que permitem ao observador deduzi-los objetiva e integralmente em seu movimento ao longo da história. Apesar da profunda diferença de perspectiva em relação a como deve ser elaborado um conceito, ambos concordam que ele reproduz a realidade empírica tal como ela é. Assim como Durkheim supõe que só há uma maneira ‘científica’ de se definir o crime, a moral e a religião, Marx supõe que só há uma maneira ‘científica’ de se definir o dinheiro, o capital, o trabalho etc. Para ambos (para Durkheim explicitamente), os conceitos se distinguem em ‘verdadeiros’ e ‘falsos’... (p. 14)

Em primeiro lugar, o que se pode extrair da afirmação acima é que há um objeto exterior a ser captado e a validade desse esforço se liga à utilização de uma postura científica correta. Depois, que o estatuto de verdade para Marx não se encontra na descrição do objeto estático. A inserção no mundo da produção, onde o homem transforma o mundo ao mesmo tempo que a si mesmo, define não só quem a pessoa é, mas quem virá a ser: o presente é parte de um futuro passível de dedução lógica. Assim, a conduta correta se relaciona, via dedução, a um *virá a ser*, que resulta da tensão entre o velho e o novo no mundo material.

Como se vê, o caráter objetivo do conhecimento está presente com bastante força em Marx. Tomemos como exemplo o seguinte aspecto de sua obra: seu materialismo fala de *leis* da história que funcionam de forma evolutiva, a realidade sendo vista como um todo estruturado e integrado dialeticamente. As estruturas (resultantes da sociabilidade ou inserção das pessoas no processo produtivo) implicam *leis* que determinam o comportamento das pessoas. O mundo tem, assim, uma lógica de desenvolvimento inexorável e que pode ser desvendada pelo analista. Isso pode ser exemplificado com a seguinte passagem: “Para nós o comunismo não é um *estado* que deva ser instaurado, um *ideal* pelo qual a realidade efetiva tenha que se guiar. Chamamos comunismo o movimento *efetivo* que supera o estado de coisas de hoje” (1984b, p. 201, grifos do autor). O comunismo,

na visão de Marx, representa o fim da cisão entre sujeito e objeto, pois é a resolução “do antagonismo do homem com a natureza e com o homem, a resolução verdadeira da luta entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade. Ele é o enigma da história resolvido e se sabe como esta solução” (1984a, p. 169).

II

Max Weber é contraditório ao abordar a questão da objetividade nas ciências sociais. Sua obra oscila entre uma concepção epistemológica que assume a impossibilidade de neutralização da contaminação do saber por valores, ao mesmo tempo que propõe a criação de um saber livre de valores.¹ Tal postura é facilmente entendida pelo contexto intelectual em que Weber escreve sua obra. Ao contrário da época de Marx, em que a crença no poder da razão e da ciência era amplamente difundida, Weber escreve em um ambiente de abalo da concepção positivista do mundo. Para exemplificar o ambiente intelectual desse período, temos, por um lado, Nietzsche com seu ataque feroz à concepção de verdade científica. Por outro lado, temos Freud, que mostra a importância das paixões e das pulsões, anteriores à consciência, para o entendimento das ações humanas. Weber conhecia a obra de ambos e em algum grau foi contaminado por esse *espírito*. Como o objetivo não é discutir as

¹ Ver meu “Max Weber e a objetividade nas ciências sociais”, *Temáticas*, Campinas: Unicamp, 2º semestre de 1995.

contradições internas da obra de Weber, vamos focar o trabalho em que o autor explicita seus princípios epistemológicos. Em **A objetividade do conhecimento nas ciências e nas políticas sociais**, Weber se propõe explorar a relação dos valores e da ciência e responder em que medida existem “verdades objetivamente válidas no âmbito da vida cultural”. Ou seja, busca delimitar ciência e juízos de valor.

Para Weber, ao contrário de Marx, os fatos não têm o status epistemológico de realidades que transcendem a consciência. Enquanto para Marx a “condição material” se impõe ao arbítrio das pessoas, para Weber o número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos. Na sua visão, o objeto de estudo não está dado com anterioridade para o analista. Na verdade, o que ocorre é que a vida se manifesta em nós sob uma infinita diversidade de acontecimentos sucessivos e simultâneos, que aparecem e desaparecem, e cujas causas são também, em número e natureza, infinitas. Dessa forma, o objeto de estudo é fruto de uma escolha de aspectos dessa realidade infinita pelo analista, com base na significação cultural que este empresta aos fragmentos da realidade. Podemos resumir tal proposição afirmando que:

1. qualquer conhecimento conceitual da realidade infinita pela mente humana finita repousa no suposto tácito de que só uma parte finita dessa realidade constitui objeto de investigação científica;
2. a base do recorte desse fragmento é que só uma parte da realidade in-

dividual possui importância para nós, pois só essa porção se encontra em relação com as idéias de valor culturais com que abordamos a realidade.

Se em Marx, então, o objeto de estudo conserva uma independência relativa do espírito, ou seja, a relevância sociológica de um fato depende de algum atributo objetivo do mesmo, em Weber o objeto aparece como imanente ao analista, recortado com base no interesse cultural conferido pelo sujeito. Ou seja, se o materialismo histórico propõe a explicação de como a realidade *realmente* opera, a epistemologia de Weber relativiza qualquer tipo de explicação do real. Com clara referência a Marx, Weber afirma: “Um fenômeno só conserva sua qualidade de econômico enquanto o nosso interesse está exclusivamente centrado na significação que ele possui com respeito à luta material pela existência”. Weber recusa, portanto, a idéia de *leis* que governam os fatos da realidade. Segue afirmando que “carece de sentido um tratamento ‘objetivo’ de processos culturais, se por tal se entende que, como meta de trabalho científico, tenha de valer a redução do empírico a leis” (*apud* Prates, Paixão e Freitas, 1991, p. 18). Isso não quer dizer, no entanto, recusa em trabalhar com hipóteses nomológicas, pois estas nos dizem que influências devemos esperar dos elementos que entram em linha de conta para a explicação.

Tal visão se desdobra no conceito de “tipo ideal”, instrumento weberiano adequado para a investigação dos fenômenos sociais. Isso significa que a realidade social só pode ser conhecida quando

aqueles traços seus que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados, visando a permitir clareza na formulação das questões relevantes sobre as relações entre os fenômenos observados. Um “tipo ideal” consiste, pois, em enfatizar mentalmente determinados traços da realidade até concebê-los na sua expressão mais pura, em que jamais se apresentam nas situações efetivamente observáveis. É um conceito puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de estabelecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, ou seja, com significação para o analista. E a significação não interfere apenas no recorte do objeto. Na explicação causal, o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre infinitos, sendo impossível realizar a regressão que esgote o universo causal envolvido em um fenômeno. Aí, também, na imputação das causas de um fenômeno, há a escolha de determinados aspectos de uma realidade infinita, a partir de sua significação para o analista.

Em resumo, podemos dividir as idéias de Weber nos seguintes tópicos:

1. o enfoque com que o observador aborda seu objeto é que constrói os conceitos;
2. os conceitos não podem expressar mais do que aspectos particulares dos fenômenos;
3. como esses aspectos são infinitos, a soma de conceitos, por maior que seja, jamais abordará a totalidade do real (e isso implica que é impossível reproduzir a realidade empírica, como quer Marx);

4. as *leis* só podem estabelecer conexões causais entre aspectos particulares: sua utilidade não consiste em fornecer a equação que permite prever probabilisticamente o destino reservado aos diversos fatores que compõem a realidade social, mas apenas dirigir a atenção para uma observação do efeito de algumas categorias causais;
5. o problema da causalidade não incide sobre as *leis*, mas sobre conexões causais concretas: as leis não são um fim em si, mas meio heurístico de conhecimento.

A epistemologia de Weber resulta em sua busca de “destacar a linha quase imperceptível que separa a ciência da crença” (1968, p. 108), na idéia de que cabe à ciência fornecer “conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido” (1968, p. 108). E que a possibilidade de conhecimento nas ciências sociais “se liga à utilização ininterrupta de pontos de vista de caráter especificamente particular que, em última análise, se encontram alinhados sobre ideais de valor” (1968, p. 109). Portanto, no próprio recorte do objeto de pesquisa entra uma boa dose de subjetividade do analista. A significação que o sujeito empresta ao mundo não é apenas reflexo de uma realidade externa e impositiva. Ao contrário, é o sujeito que dá significado ao mundo, obviamente num contexto vário e fragmentado, composto por valores e interesses.

III

Como historiador marxista, Thompson é um autor que não se caracteriza pela preocupação em expor suas posições epistemológicas. No entanto, ao fazer uma crítica ao mesmo tempo arrasadora e pertinente a Althusser, ele acaba, em consequência, realizando um balanço da obra de Marx e explicitando suas próprias idéias acerca do tema deste trabalho. O conceito fundamental em sua proposta teórica é o de experiência. Para o historiador inglês, as elaborações teóricas estão relacionadas com as experiências que os homens acumulam em sua vivência da realidade. Ou seja, a experiência fornece a matéria-prima para o processo de elaboração do discurso científico. Segundo ele,

ocorrem mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; e experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (Thompson, 1981, p. 16)

A *consciência social* não é então um recipiente passivo de reflexões do *ser social*, pois também atua sobre ele. Pode-se concluir, pelas palavras precedentes, que a subjetividade do sujeito, fornecida por sua experiência de vida, atua sobre o conhecimento.

Porém, não se pode, nem de longe, afirmar que o conhecimento se resolve para Thompson no âmbito da subjetividade. Isso fica explícito no seu embate com Althusser, para quem, denotando um certo idealismo, o conhecimento

emerge totalmente na esfera do pensamento e a ciência não precisa confirmar suas afirmações com a realidade empírica. Ou seja, Althusser resolve o problema da objetividade emprestando um caráter apenas residual ao papel dos fatos empíricos no conhecimento. Thompson, com razão, afirma que não pode haver meios de decidir sobre a adequação ou inadequação do conhecimento, a menos que suponhamos procedimentos destinados a estabelecer correspondência entre o conhecimento e o real. Segundo o autor, “o ‘pensamento’ *verdadeiro* só pode representar o que é adequado às propriedades determinadas de seu objeto real” (p. 27). Isso não quer dizer que conceito e realidade sejam da mesma natureza. No entanto, para Thompson, o fato de conhecimento e realidade serem coisas distintas não implica também que devamos derrubar a ponte entre eles. Ao contrário, dentro de certos limites, a relação entre ambos deve ser, para ele, empiricamente verificável. Ou seja, se no primeiro momento o autor ressalta a importância do aspecto subjetivo no conhecimento, posteriormente aponta para a necessidade de todo conhecimento se referir à realidade objetiva para obter sua confirmação.

Thompson oscila, assim, entre os pólos da objetividade e da subjetividade de forma contraditória. Tentemos exemplificar. Thompson expressa certa semelhança com Weber ao afirmar que o conhecimento histórico é provisório, incompleto, seletivo, limitado e definido pelas perguntas que se propõe a responder. São várias indagações e vários sentidos, o que não significa, no entanto, que

as evidências das respostas sejam indeterminadas (p. 49-50). Contraditoriamente, ele afirma, a seguir, que o processo histórico não é “inventado”, mas que se refere a fatos que “realmente ocorreram” e que o objetivo da ciência é captar essa verdade, ou seja, captar o conhecimento objetivo (p. 51). Como se vê, há aí uma oscilação entre a busca de objetividade na aceitação da subjetividade. Mais à frente propõe outro item de confusão:

Mas podemos também estar fazendo referência à “significação” desse passado, seu significado para nós; este é um juízo de valor subjetivo, e a tais perguntas a evidência não pode oferecer respostas. (p. 51)

Estranhamente, afirma ainda que “as atribuições de valor podem ser feitas aos atos e intenções dos indivíduos e não a processos” (p. 52). Ambigüidade pura. Não explica de forma minimamente clara o significado de tal afirmação. Em outra passagem que guarda proximidade com as idéias de Weber, diz que a confirmação empírica de um fato só pode ser aproximada, pois “a história não é governada por regras e não conhece causas suficientes” (p. 60). Declara, no entanto, sem especificar de forma clara, que a história possui *uma lógica*, ponderando que nem sempre rigorosa. Fica a questão de se há uma ou várias lógicas. O que propõe é trocar a expressão “leis de movimento” por “lógica do processo”, na tentativa clara de fugir do determinismo tão presente em certas formulações marxistas. Não é gratuito, nesse sentido, seu esforço de recolocar em lugar de destaque no marxismo as reivindicações morais do comunismo e deixar pelo menos minimizados os argumentos científicos-

tas. É mais uma vez contraditório na passagem em que tenta tirar qualquer caráter de subjetividade do conhecimento, ao afirmar que o trabalho do analista consiste em fazer com que os fatos encontrem “suas próprias vozes” (p. 40).

IV

Podemos classificar o tema em discussão segundo duas perspectivas extremas. De um lado, há a idéia de que a ciência é capaz de expressar um saber do que está gravado nas coisas, ou seja, capta o “ser em si”. Segue-se a idéia da noção de verdade científica, resultante da correta abordagem da realidade. Tal concepção de ciência social tem inspiração nos avanços alcançados pelas ciências naturais. Por outro lado, temos a idéia de que qualquer conhecimento da realidade exprime na verdade uma concepção parcial do mundo, eivada de afirmações valorativas. Qualquer conhecimento é, portanto, relativo aos interesses e valores do analista, trespassado por sua subjetividade. Assim, que conclusão podemos extrair? Inicialmente, que a objetividade pura, imune a qualquer valoração, é algo impossível. E que o conhecimento como representação da subjetividade dos sujeitos é algo indesejável, pois reduz a razão à pura expressão de anseios, abrindo mão de seu poder de superação da mera *doxa*.

A tese que podemos esboçar é que a tensão entre objetividade e subjetividade não tem solução. Na verdade, estamos condenados a conviver com essa dicotomia. O que se requer então é a ar-

ticulação razoável dos termos da questão. Tomemos os autores discutidos e tentemos indicar minimamente de que forma pode-se encaminhar a solução da questão colocada.

Marx, como se aludiu anteriormente, escreve em uma época marcada pela forte crença no poder da razão. Naturalmente, então, sua obra espelha a tentativa ambiciosa de desvendar o mundo social em sua dinâmica, tal qual ele se apresenta na realidade. Ou seja, tem a pretensão de apresentar o objeto da única forma aceitável, pois reveladora de sua realidade única. O problema da subjetividade se coloca como “falsa consciência” ou “alienação”, no sentido de idéias que não correspondem ao movimento concreto dos fatos. Há, portanto, um padrão inequívoco de análise correta ou verdadeira.

Weber, por sua vez, escrevendo em uma época em que o poder da razão começa a ser questionado, expressa a contradição de ao mesmo tempo aceitar o importante papel da subjetividade no processo de conhecimento científico e a necessidade de se resguardar o máximo de neutralidade possível no processo de elaboração do conhecimento. A contradição está no fato de que o próprio recorte do objeto parte de concepções valorativas do analista que, ao mesmo tempo, deve despir-se de quaisquer concepções valorativas. Cremos que a esse respeito Weber se equilibra entre os dois pólos do problema sem apresentar qualquer resposta conclusiva.

Finalmente, Thompson busca relativizar certos aspectos do pensamento marxista liberando-o, vamos assim dizer,

de seu aspecto “positivista” mais extremado, cujo exemplo mais marcante é seu ataque impiedoso à vertente estruturalista. Busca dar certa maleabilidade à perspectiva marxista, despiando-a de suas proposições mais rígidas de verdade científica, e o faz introduzindo a importância do aspecto subjetivo no processo de conhecimento da sociedade. Porém, reproduz a mesma contradição que encontramos em Weber, ao querer, ao mesmo tempo, garantir a idéia de que há certa lógica inscrita nos processos sociais que extrapola o analista dos acontecimentos.

Que conclusão tirar dos breves comentários expostos acima? Em poucas palavras, podemos concluir que todo conhecimento humano é impregnado, em certo grau, pela subjetividade do analista. Nem por isso o conhecimento é expressão de subjetividades individuais. Ao contrário, grande parte do esforço de pesquisa deve ser expor os fatos com o máximo de isenção possível. E aí o que cumpre um papel fundamental é que quanto maior e mais livre é o debate entre os participantes do jogo da ciência, quanto mais as proposições de cada analista são apresentadas à crítica de subjetividades diversas, maior é o grau de sua objetividade. Aceitar o componente de subjetividade de qualquer conhecimento da realidade social não significa de forma alguma cair no relativismo em que qualquer afirmação é válida por se tratar da expressão de individualidades. Não! A validade da ciência está, em grande parte, na sua capacidade de superar impressões individuais para propor explicações de caráter geral, tanto quanto possível.

ABSTRACT

This paper considers the possibility of creating an objective knowledge in social sciences. For such, it approaches the treatment of the theme in Karl Marx, E. Thompson and Max Weber. The choice of those three authors allows presenting the issue from different perspectives, highlighting the dilemma involved in the theme.

Key words: Epistemology of social sciences; Objective knowledge; Social knowledge.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARX, K.; ENGELS, F. A consciência revolucionária da história. In: FERNANDES, F. (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo: Ática, 1984a.
- MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens. In: FERNANDES, F. (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo: Ática, 1984b.
- PRATES, A. A. P.; PAIXÃO, A. L.; FREITAS, R. S. **Temas contemporâneos de sociologia clássica**. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 1991.
- ROCHA, C. A. V. Max Weber e a objetividade nas ciências sociais. In: **Temáticas**, v. 3, n. 5-6, Campinas: Unicamp, 1995.
- THOMPSON, E. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas ciências e nas políticas sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1968.
- WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- WILSON, E. **Rumo à Estação Finlândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.